Práticas de Psicologia e Políticas do Aprisionamento: Expressões da Colonialidade

Izadora Vieira Francisco¹

João Gabriel Pires de Queirós²

Lauany Câmara Chermont Pinheiro³

Lorena Soares de Paiva Silva⁴

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho⁵

1 Discente do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

2 Psicólogo; Discente do curso de Mestrado em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

3 Psicóloga, Mestre em Psicologia; Discente do curso de Doutorado em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (bolsista CNPq).

4 Discente do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (bolsista PIBIC-CNPq)

5 Psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia. Professor Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista de produtividade em pesquisa (CNPq)

Resumo: Este artigo propõe uma análise crítica e reflexiva sobre a atuação profissional em Psicologia no âmbito das políticas públicas, com destaque para os desafios e implicações éticas envolvidas no trabalho em contextos prisionais, especialmente junto a pessoas presas provisoriamente. Ao longo do texto, investiga-se a colonialidade que estrutura a formação histórica da sociedade brasileira, evidenciada na institucionalização do racismo como mecanismo de poder, exclusão e controle social. Tal lógica colonial perpetua a segregação territorial, a criminalização da pobreza e a violação sistemática de direitos básicos, promovendo a aniquilação física e subjetiva da população negra. Além disso, o artigo estabelece articulações entre os efeitos da colonialidade e a vivência das pessoas em situação de rua, revelando sua inserção estratégica e recorrente no sistema penal como forma de gestão da miséria. A abordagem crítica adotada no texto busca ainda identificar e valorizar forças de resistência capazes de tensionar, fissurar e transformar as estruturas coloniais que permanecem vigentes, apontando caminhos possíveis para uma atuação em Psicologia comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a equidade racial

Palavras-chave: Psicologia, Políticas Públicas; Aprisionamento, Colonialidade

Psychological Practices and Incarceration Policies: Expressions of Coloniality

Abstract: This article proposes a critical and reflective analysis of professional practice in Psychology within the framework of public policies, highlighting the challenges and ethical implications involved in working in prison contexts, especially with individuals held in pre-trial detention. Throughout the text, the coloniality that shapes the historical formation of Brazilian society is examined, evidenced by the institutionalization of racism as a mechanism of power, exclusion, and social control. This colonial logic perpetuates territorial segregation, the criminalization of poverty, and the systematic violation of basic rights, fostering the physical and psychological annihilation of the Black population. In addition, the article establishes connections between the effects of coloniality and the lived experiences of people in street situations, revealing their strategic and recurring incorporation into the penal system as a way of managing poverty. The critical approach adopted in the text also seeks to identify and emphasize forces of resistance capable of challenging, rupturing, and transforming the persistent colonial structures, pointing to possible paths for psychological practice committed to human rights, social justice, and racial equity.

Keywords: Psychology; Public Policies; Incarceration; Coloniality

Introdução

A compreensão da atuação profissional em Psicologia junto às prisões no Brasil não deve ser dissociada de uma avaliação político-crítica de gênero, raça e classe, que se interligam há séculos à colonialidade forjada como estrutura neste país. Segundo Maldonado-Torres (2020), essa colonialidade é entendida como uma lógica global de desumanização, embutida na modernidade e que persiste mesmo na ausência de colônias formais. É um colonialismo que se atualiza por meio dessa estrutura colonial.

Essa perspectiva histórica demonstra que contextualizar a atuação da Psicologia nas prisões brasileiras entrelaça-se diretamente às estruturas sociais advindas da invasão europeia e da escravização de povos indígenas e africanos. É, portanto, necessário analisar a formação dessa sociedade que aprisiona e reflete lógicas sofisticadas de segregação, contenção e extermínio contínuo.

Entender o espaço urbano como um reflexo e sintoma da colonialidade permite perceber quem transita por ele, quem é indesejado e aprisionado. Nessa lógica higienista, pessoas negras e indígenas são afastadas, e “justificativas de desenvolvimento” são utilizadas para expulsar pessoas em situação de rua dos centros urbanos. O Levantamento dos Polos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (2023) revela que 69% da população em situação de rua em nosso país é negra.

A história, como um lugar da memória, não nos deveria deixar esquecer do genocídio que se reitera, produzido pelos processos de colonização e escravização que fundaram o Brasil. Desse modo, a estrutura que mantém a ordem social brasileira pode ser dita fundamentalmente racista. O racismo estrutural (Almeida, 2020) articula processos de subjetivação que incidem de diversas formas em cada sujeito ou grupo social. É nesse contexto que se pode falar em branquitude.

Esta, segundo Schucman (2014), apresenta-se como um sistema de manutenção de privilégios materiais e simbólicos por pessoas brancas, valorizados socialmente, aprendidos e

reproduzidos, inclusive por meio da violência. Enquanto isso, para as pessoas não-brancas, as subjetivações em curso tendem a reproduzir lugares sociais de desvalor e de auto-ódio.

Segundo Almeida (2020), o racismo possui duas funções ligadas ao poder do Estado. A primeira é introduzir a fragmentação da espécie humana por meio de um olhar biologizante, que produz classificações de raças e hierarquias, bem como relações de superioridade e inferioridade, de bondade e maldade. A segunda é expor à morte objetiva e subjetiva aqueles que não terão sua vida prolongada, os que são deixados para morrer, e os que serão mortos por essa estrutura presente em todas as capilaridades sociais. Trata-se, portanto, de uma nítida conexão com as tecnologias necropolíticas (Silva & Bicalho, 2022, Silva & Bicalho, 2023)

O período pós-abolição da escravatura, no século XIX, foi um momento em que as pessoas negras libertas não possuíam garantias de direitos essenciais, como acesso a trabalho, moradia, saúde e terras. As classes dominantes brancas viam a população majoritariamente negra do país como um grande problema e um sinal de "atraso", uma vez que uma nação "evoluída" deveria ser branca. Somado a isso, existia o medo de uma revolução. Diante desse cenário, diversas estratégias foram criadas para, de forma sofisticada, assegurar a exclusão e o extermínio da população negra do país.

O medo impulsionou a política de branqueamento, que tinha como objetivo embranquecer o Brasil. Essa política baseava-se em uma ideologia que apostava na seleção natural em prol da purificação racial, onde o branco prevaleceria sobre o negro por meio do cruzamento interracial, em uma adaptação brasileira do arianismo. Para isso, o Estado brasileiro implementou uma política de imigração europeia que, em trinta anos, trouxe 3,99 milhões de imigrantes europeus, um número equivalente aos 4 milhões de africanos que haviam sido sequestrados ao longo de três séculos (Bento & Carone, 2014). Nessa mesma lógica, outra estratégia foi a segregação espacial da população liberta, que, sem acesso a moradia, ocupou as periferias da cidade. Esse ideal higienista tinha como objetivo a limpeza étnica, pois era pre-

ciso "limpar" a cidade dos considerados perigosos. "As políticas imigrantistas do Estado brasileiro refletiam a preocupação de impedir a 'decadência dos brancos' pela vitória dos mestiços através de propostas públicas de favorecimento maciço de imigrantes europeus, considerados superiores aos africanos e asiáticos" (Carone, 2014, p.16).

A partir das décadas de 1850 e 1860, os cortiços, moradias construídas nas periferias por pessoas escravizadas e alforriadas, desenvolveram-se com o aumento do fluxo de imigrantes europeus e do número de alforrias. Essas moradias eram consideradas insalubres e "antros de periculosidade", vistas como um problema social tanto para as condições higiênicas quanto para o controle social dos pobres (Chalhoub, 1996).

O higienismo brasileiro foi uma estratégia política da elite branca para impor um modelo de civilização europeia na América. Essa política buscava deslegitimar os movimentos sociais e desarticular a resistência, expulsando as classes populares dos centros urbanos para dificultar a articulação e a preservação de suas memórias. Nesse contexto, o período dos cortiços foi marcado por intensos movimentos de resistência do povo negro em busca de liberdade. A organização popular causou pânico no poder público, que reagiu com violência contra as moradias e seus habitantes (Chalhoub, 1996).

Juntamente a isso, perpetua-se a narrativa do medo, que associa pessoas negras e pobres a perigosas, suspeitas e potencialmente criminosas, vivendo no vício e na vadiagem. Essa narrativa justifica ações excludentes e de extermínio que, embora não verbalizadas em alto e bom som, são efetivadas. A elite branca e política do país, após a abolição, continua a manter a lógica do cativo e a cimentar o racismo estrutural, ao estabelecer leis e vedar a livre circulação dos considerados perigosos.

À época, os políticos criaram um conjunto de leis que impediam o livre trânsito dos ex-escravizados. Eles estabeleciam um valor a ser pago pelo passe, proibiam a aquisição de imóveis e, para que exercessem direitos políticos, exigiam a comprovação de bens no valor

de 200 mil réis. A polícia, por sua vez, atualiza as lógicas que refinam o racismo, incorporando discursos moralizantes. Neles, atribui-se às classes não abastadas a figura do "criminoso", inculcando-lhes um imaginário social de corrupção, preguiça, imoralidade e vadiagem pelas elites (Borges, 2019).

A cultura afro-brasileira foi arduamente criminalizada, com as leis penais servindo como instrumento do racismo. Manifestações como o samba, os batuques, as crenças de matriz afro-brasileiras e a capoeira sofreram forte repressão, resultando em registros em delegacias e prisões: uma estratégia de controle, vigilância e encarceramento em massa da população negra do país (Bicalho, 2005, Borges, 2019).

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) informa que, de 2005 a 2022, o encarceramento da população negra atingiu seu maior patamar. Em 2022, o número de pessoas negras presas no Brasil foi de 442.033, totalizando 68,2% do total de pessoas encarceradas — um aumento de 9,8% em relação a 2005 e o maior dado histórico de encarceramento de pessoas negras (Agência Brasil, 2023). Com isso, reitera-se que as prisões sempre tiveram seus alvos preferenciais, e seus mecanismos continuam a executar o que foi idealizado pela elite branca deste país desde os primórdios da prisão.

Segundo Bento & Carone (2014), discutir relações raciais sem que o branco seja mencionado é evitar as diferentes dimensões do privilégio. Nessa lógica, expõe-se muito sobre o negro e as violências que ele sofre, mas não se nomeia o papel de opressor exercido pelo branco nesta relação. Entender o espaço prisional nos laços entre passado e presente nos permite ver que os mecanismos de opressão se reinventam. Pensar nas pessoas presas provisoriamente, por exemplo, não foge a esta sistemática secular.

Discutir o espaço prisional sem discutir branquitude é manter uma lacuna nos estudos sobre relações raciais. É, portanto, necessário expor que pessoas brancas têm raça e que, historicamente, são beneficiadas pelos seus privilégios em uma sociedade estruturalmente racista.

Tal análise permite problematizar o lugar do branco nesse sistema de manutenção e legitimação das desigualdades raciais, bem como a sua possível implicação na luta antirracista (Schucman, 2012; Schucman, 2014).

Para Akotirene (2023), “a prisão é o próprio racismo e o racismo é colonial” (p.17). A partir dessa reflexão, propomos o exercício contínuo de uma fissura colonial por meio de um giro periférico. Tal abordagem concebe a periferia não como carência, mas como um espaço múltiplo de potência, que subverte a lógica do norte global. Esta reforça a periferia como um lugar de resistência que rompe continuamente com o olhar eurocêntrico, não olhando a periferia, mas sim a partir dela (Richmond, Jesus & Legroux, 2025). Assim, o campo da Psicologia deve ser diretamente impactado, não somente no espaço prisional, mas como uma forma de a própria ciência pensar e se repensar no mundo a partir de seu lugar de fala.

Dos encontros com a criminalização: a cidade, a periferia e a rua

A utilização da terminologia População em Situação de Rua considera sua condição não como uma situação pessoal e passageira, mas como consequência de uma situação a que muitos trabalhadores são conduzidos, em decorrência das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista. No processo de construção (e desconstrução) da garantia de direitos, muitas conquistas (e também retrocessos) aconteceram – e vem acontecendo (Conselho Federal de Psicologia, 2025).

Revisitar conceitos, articular ações, garantir políticas públicas, foram demandas assumidas, que trouxeram um novo olhar e, sobretudo, uma nova organização, fazendo surgir o Movimento Nacional da População de Rua, atualmente com mais de quinze anos de existência. Na política sócio assistencial brasileira, dirigida à população em situação de rua, a mesma é definida através do decreto nº 7.053 (Brasil, 2009), como grupo heterogêneo que vive na extrema pobreza, com vínculos familiares tênues ou rompidos e sem moradia habitual ou regular.

Davis (2006) fornece algumas contribuições importantes para pensar as cidades e os processos de urbanização, em especial nos países da periferia do capital. Assim, como indica a autora, “as cidades que explodem no mundo em desenvolvimento também entre-tecem novos e extraordinários corredores, redes e hierarquias” (2006, p.16). Hierarquias que se dão tanto entre cidades quanto dentro delas, seja por seus ritmos de crescimento e expansão ou pelas especializações econômicas.

O fato é que o custo dessa nova ordem urbana é o aumento da desigualdade. Pode-se dizer, então, que é uma “superurbanização” (Davis, 2006). A autora explora dois pontos relevantes. O primeiro é que, em um cenário de pobreza crescente, estar em situação de rua é uma das poucas formas de sobrevivência na cidade. No entanto, essa condição não é gratuita, já que as pessoas precisam pagar um custo, em especial, às forças de vigilância. O segundo ponto diz respeito à própria constituição das cidades:

Assim, as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte do tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI, instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração” (Davis, 2006, p 28-29).

Corroborando esse pensamento, Rolnik (2015) problematiza a constituição de zonas de indeterminação entre “legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado, presença/ausência do Estado” (p.174), que constituíram mecanismos que possibilitam a existência de uma situação de permanente transitoriedade, na qual as pessoas podem ser capturadas no momento certo. Nesse sentido, como indicado por Wacquant (2007) sobre o Estado penal neoliberal, uma associação histórica entre negritude e periculosidade, por exemplo, tem produzido uma crescente criminalização da chamada marginalidade urbana, de forma que os aparatos penais do Estado transformam essa população em alvo de ações de cunho militar, como as incursões policiais nos territórios, as remoções forçadas e as

prisões em flagrante.

De acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2024), uma análise das pessoas registradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) revelou que dentre 96 milhões, 227 mil estavam vivendo em situação de rua. Constituindo uma população heterogênea, pessoas que estão em situação de rua também variam quanto à duração e permanência do estar na rua, por exemplo, os dados revelam que 58% costumam dormir na rua ou em albergues, 3% em domicílios particulares e 12% em outros espaços.

Um ponto central para a discussão parece ser o próprio fenômeno urbano, pois a concentração das oportunidades de trabalho e as dinâmicas econômicas de cada região criam fluxos de atração, em especial, da população mais pobre para empregos precários que, em geral, são muito distantes de seus locais de moradia ou não oferecem condições suficientes para que se resida ao seu entorno. Outros elementos elucidam a questão da situação de rua, como por exemplo, a exclusão econômica, que envolve insegurança alimentar, desemprego e déficit habitacional nos centros urbanos; a fragilização ou ruptura de vínculos sociais, em especial familiares ou comunitários; problemas de saúde, sejam de natureza física ou mental, como revela o IPEA (2024).

Além disso, não é possível desconsiderar uma análise interseccional do fenômeno, uma vez que há distinções nos modos como o risco de estar na rua afeta pessoas brancas e negras, homens e mulheres, por exemplo. Fatidicamente seguindo uma violência histórica quanto à habitação das ruas e às leis voltadas contra essa população, tem-se 68% da população em situação de rua, autodeclarada negra, com pouca escolaridade ou em condição de analfabetismo, com subempregos, empregos informais ou desempregadas. A faixa etária que compõe esse perfil é em média de 41 anos (IPEA, 2024), enquanto a juventude soma 15% do total e a faixa de 50 a 64 anos corresponde a 22%.

Considerando os dados a respeito do encarceramento da juventude negra, desde o sis-

tema socioeducativo ao sistema prisional, não é difícil traçar um percurso de violência que atravessa a institucionalização desde a infância e adolescência, perpassando a fase adulta e, em inúmeros casos, culminando na situação de rua para aqueles que sobrevivem ou saem do cárcere. Importante notar também um aumento na proporção de mulheres em situação de rua como apresentado pelo IPEA (2024) a partir da comparação entre os períodos de 2020 a 2023 e no levantamento de 2016 a 2019.

A desproteção social está intrinsecamente ligada ao processo de desresponsabilização do Estado pela questão social, o que se acirrou em um duro período no Brasil – apesar da demarcação temporal ser complexa nesse caso, pode-se traçar uma continuidade entre os processos de 2023, com o governo Temer e o subsequente governo Bolsonaro – e vem se expandindo em diversos países da América Latina quanto à expansão de governos autoritários de direita. Desse modo, como indica Wacquant (2003), trata-se de uma configuração de um Estado-centauro “cuja cabeça liberal repousa sobre um corpo autoritarista” (2003, p.20-21).

Nesse sentido, a conceituação apresentada pelo autor traz dupla e contraditória natureza. Sua “cabeça liberal” se vincula à face “humana” do Estado que estimula o capital e sua lógica de mercado, favorecendo e garantindo direitos e privilégios às classes abastadas. Em contraste, seu “corpo autoritário” e animalesco oprime e reprime, utilizando aparatos estatais como a força policial e o sistema penal para controlar e mortificar, objetiva e subjetivamente, corpos marginalizados.

No contexto latino americano, o monstro ganha mais formas, suas quatro cabeças e duas pernas, pois como indica Mignolo (2017), a colonialidade sendo constitutiva e indissociável da modernidade, fundou não só o ocidente mas também as estruturas coloniais de controle de autoridade, economia, subjetividade e normas e relações de gênero e sexo. O Estado penal, a militarização social e o encarceramento em massa podem ser compreendidos, portanto, ao mesmo tempo como herdeiros e também como reproduções atualizadas das bases

fundantes do projeto colonial cujos tentáculos se esticam para capturar o maior número de vidas (Conselho Federal de Psicologia, 2021a).

A criminalização e tentativa de colonização de corpos ocorre principalmente através da decisão de quem vive e quem morre, seja de forma indireta – ausência de dispositivos de saúde em áreas periféricas – ou não – através da guerra às drogas e das constantes invasões em favelas. A falsa garantia de segurança pública ocorre de diversas formas como, por exemplo, nos índices crescentes de criminalidade – que nada são alterados com o aumento de incursões policiais nas periferias (Conselho Federal de Psicologia, 2021b).

Dessa maneira, é importante perceber a existência de formas de aprisionar e como se interligam a uma lógica que se alinha no racismo. Prisão, rua, cidade se associam pela colonialidade de maneira basilar, o que nos traz a importância de explanar acerca dessas capilaridades que se articulam diante dos corpos e operacionalizações que se encontram nos espaços prisionais, incluindo possibilidades de fissurar violências, girar a lógica posta, atuar frente aos Direitos Humanos.

O corpo periférico no sistema prisional

A implementação das audiências de custódia está prevista em pactos e tratados internacionais de direitos humanos internalizados pelo Brasil, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana de Direitos Humanos e foram institucionalizadas no sistema prisional brasileiro em 2015 através do Conselho Nacional de Justiça. A decisão foi tomada principalmente devido ao crescente aumento da população carcerária. Naquele período, 40% das pessoas presas eram provisórias, ou seja, ainda não haviam sido julgadas (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, 2023).

Desde janeiro de 2019, com a consolidação e a expansão das audiências de custódia, a parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com o apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resultou em um

novo campo, o programa “Fazendo Justiça”, que se propõe a analisar os problemas estruturais no sistema prisional e socioeducativo do país a partir dos indivíduos que circulam no cárcere brasileiro.

As audiências de custódia surgiram na perspectiva de garantir a proteção de direitos constitucionais, a fim de diminuir a população carcerária que aguardava julgamento e que tinham seus direitos constantemente violados. Ademais, ela surge enquanto estratégia de combate a tortura, tendo em vista que a violência policial é, e sempre foi, naturalizada durante a passagem dos custodiados pelo sistema prisional, não só no momento do flagrante.

O campo de atuação que mobiliza o presente artigo é o Atendimento Prévio à Pessoa Custodiada, que acontece na Central de Audiências de Custódia do Rio de Janeiro - CEAC/Benfica, desde novembro de 2021, a partir da parceria entre o projeto Justiça para Elas juntamente com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A habitação do campo se dá na porta de entrada do sistema prisional do estado: na Cadeia Pública José Frederico Marques, unidade masculina, e no Instituto Penal Oscar Stevenson, unidade feminina.

A tarefa inicial da equipe se dava por meio da produção de um Relatório Informativo, a fim de auxiliar no processo da audiência de custódia e identificar possíveis encaminhamentos para a equipe de atendimento posterior à audiência. Porém, com o decorrer do projeto e com o encontro de outros elementos presentes no campo percebeu-se que o trabalho exercido durante os atendimentos ia para além da elaboração do relatório. A atuação envolvia escuta ativa, acolhimento e no acesso à informação à pessoa custodiada sobre os seus direitos enquanto cidadão e das políticas públicas existentes frente a um cenário de morte em vida.

A morte em vida ocorre a partir da ausência de acesso a direitos básicos como empregabilidade, moradia e saúde. A equipe observou, a partir de pesquisas no campo, que a maior parte das pessoas atendidas encontravam-se desempregadas ou em situação de trabalho informal no momento da prisão. O sistema prisional se faz presente enquanto um braço do cap-

italismo no controle dos corpos, na administração de quais indivíduos terão pleno acesso a direitos básicos e na criação de um novo sistema de vida onde o punitivismo se torna basilar e todo o histórico de vida e existência dessas pessoas são apagados.

Todo o processo antecedente à chegada de um indivíduo na penitenciária é predestinado, mas não por uma ordem biológica como a Lei da Saturação Criminal de Enrico Ferri (1892) – que afirmava que se um homem fosse criminoso, seus filhos também seriam, e assim sucessivamente – mas pela ordem racista que criminaliza a existência de corpos negros e periféricos. Assim como o cárcere é uma ferramenta do racismo, ele também reproduz uma ordem social, onde casos de pessoas presas que pertencem a classes mais ricas têm uma experiência diferente daquelas que não possuem moradia, como por exemplo um tratamento livre das violências que envolvem a política de segurança pública.

A lógica de aprisionamento seletivo afeta as pessoas que estão privadas de liberdade, além de dominar e moldar toda uma lógica social que enfatiza o conceito de que pessoas negras cometem crimes, ou seja, seus corpos e territórios são justificativas para o seu aprisionamento. A partir da abolição da escravatura em 1888 e a falta de políticas garantidoras de segurança social para a população negra nesse momento de transição, juntamente com o código penal que punia atos de mendicância (Brasil, 1890), tem-se um esboço de uma das lógicas que orienta as práticas, sejam elas institucionalizadas ou não, no Brasil: a criminalização da pobreza.

Diante disso, os processos que aprofundam as vulnerabilidades evidenciam a ausência do Estado em responder e construir estratégias garantidoras das condições básicas para acesso de direitos ao mesmo tempo que se é construída uma falsa universalidade de acesso a dispositivos estatais resultando na contradição entre o que é previsto e o que acontece na realidade. O espaço do cárcere é a materialização das políticas de criminalização da pobreza, decorrentes dos discursos positivistas que ajudaram a construir um imaginário social pautado

pelo medo dos corpos periféricos, negros e pobres, que justifica também a capacidade do Estado de dar respostas diferentes para grupos e territórios distintos.

Os processos de favelização fundaram um imaginário social estigmatizante sobre o território pautado pela ausência do Estado – que verdadeiramente se faz ausente – mas que por outro lado apresenta um espaço de identificação e potencialidades do território na vida do indivíduo e da comunidade. É a partir desse giro que se faz possível pensar a cidade a partir das periferias e com isso, perceber o território como vínculo e potência das pessoas historicamente criminalizadas, rejeitando a falsa universalidade do neoliberalismo que mais afasta do que aproxima de uma vida digna.

As existências que estão localizadas na rua não são visíveis para o Estado social (Lancellotti, 2016), quando se trata da garantia de direitos básicos, e sofrem não só com as violências que as cercam no cotidiano da vida urbana, mas, também, com a ausência de políticas públicas que olhem para esses corpos como merecedores de direitos, colocando essas pessoas na condição de subcidadãos. O estreitamento do acesso a direitos e a dispositivos da rede de assistência e saúde agravam a vulnerabilidade desses grupos que recorrem aos mais diversos recursos para sua sobrevivência.

Diante disso, o cárcere se mostra enquanto destino, colocando o Estado no lugar máximo no direito penal e na execução de penas e, por outro lado, mínimo na garantia de direitos e seguridade social. Assim, o serviço prestado na central de atendimento prévio à audiência de custódia cumpre um papel de articular os serviços da rede, serviços que se ausentam como estratégia para perpetuar violências, sejam elas nos espaços privados de liberdade ou nas ruas – que apresentam um outro significado para a “prisão”.

População em situação de rua na prisão e mecanismos de aprisionamento

Desde o final do século XIX vêm sendo sedimentadas em nossas subjetividades certas características modelares sobre determinados segmentos que constituem a pobreza em

nossas cidades, como se fossem aspectos inerentes a uma dita essência. Inicialmente são os negros e posteriormente, todos aqueles que habitando os chamados ‘territórios dos pobres’, passam a ser classificados como diferentes, carentes, incapazes e potencialmente perigosos, os quais representam ameaças para as classes dominantes, levando, portanto a medidas de controle ou eliminação.

Contra a formação e crescimento das classes perigosas são adotadas decisões políticas com o objetivo de uma assepsia àqueles que não bem-vindos aos ideais da burguesia em ascensão no país. São políticas públicas e produções de subjetividades que propuseram intervenções radicais e operações policiais para a eliminação de habitações coletivas e para a remoção dos pobres. É desta época, portanto, o fortalecimento do conceito de classes perigosas. Perigosas porque pobres, por desafiam as políticas de controle social no meio urbano e por serem propagadores, em potencial, de doenças. Portanto, não-humanos.

Deste modo, tal movimento mobiliza os mais diferentes setores da sociedade, como a família, a escola, o trabalho, o direito, a arquitetura, a estatística, a sociologia, a antropologia, a medicina, a psicologia e a polícia, que indicam e orientam como todos deveriam se comportar, comer, dormir, trabalhar, viver e morrer. Que paralelo poderia ser traçado entre o movimento higienista e os atuais discursos e intervenções no campo do direito à cidade? Ou, ainda, de que modo o movimento higienista afirma uma estreita ligação e um raciocínio linear entre pobreza e criminalidade a ponto de, ainda hoje, nos perguntarmos se estar à margem da sociedade não significa estar penalmente implicado?

[...] também hoje [...] estão sendo produzidos ‘novos inimigos internos do regime’: os segmentos mais pauperizados; todos aqueles que os ‘mantenedores da ordem’ consideram ‘suspeitos’ e que devem, portanto, ser evitados e, mesmo, eliminados. Para esses ‘enfermos’ – vistos como perigosos e ameaçadores – são produzidas ‘identidades’ cujas formas de sentir, viver e agir se tornam homogêneas e desqualificadas. [...] A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria – já que não pode mais ser escondida e/ou administrada – deve ser eliminada. Eliminação não por sua superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem incomodando os ‘olhos, ouvidos e narizes’ das classes mais abastadas (Coimbra, 2001, p. 58).

A perseguição sistemática aos cortiços denota a estratégia de expulsão dos pobres das áreas centrais das cidades, além da desarticulação da memória recente dos movimentos sociais urbanos. É neste contexto que surge a ideologia da higiene, em que os pobres não representavam apenas problemas na organização do trabalho e na ordem pública, mas também ofereciam perigo de contágio e focos de infecção. A estes, portanto, cabia uma ação saneadora em função da ameaça à saúde pública, representada pela instalação de um novo poder republicano, a Inspetoria de Higiene. De acordo com Chalhoub (1996):

O mundo das classes ‘perigosas’ tinha que ser demolido, bem como as sobrevivências culturais precisavam ser erradicadas para abrir caminho ao progresso e à civilização. Esses pobres perigosos insistiam sempre em manter ‘hábitos condenáveis’ na sua maneira de morar, vestir, trabalhar, se divertir e curar. [...] essas raízes tinham que ser combatidas pelas instituições públicas que se erigiam, embriagadas pelo racismo científico (p. 181-182).

Teorias surgem para corroborar a tese de que há disposições inatas para a criminalidade, defendendo a perspectiva da existência de criminosos natos, os perigosos em potencial, os quais deveriam ser esterilizados, como afirmava o movimento eugênico no Brasil. Tal natureza propicia, assim, a produção de ‘suspeitos’ a partir de características biológicas. Foucault (2003), aponta que, com a emergência das sociedades disciplinares, a preocupação já não se continha a infrações às normas vigentes, mas à possibilidade de vir a infringi-las.

O controle, assim, já não seria somente sobre o ato, mas sobre o que se poderia vir a fazer. Segundo Coimbra (2001), o controle das virtualidades exercerá um papel fundamental em nossas subjetividades (p.83). Para o higienismo, um remédio social: a prisão. Para a melhor exploração do trabalho, outro remédio: a rua. Visualizar a presença de pessoas que fazem das ruas sua moradia é uma realidade que habita o cotidiano daqueles que vivem nas cidades. E, ainda mais, aqueles que vivem o cotidiano do sistema prisional.

O número de pessoas vivendo em situação de rua vem se intensificando nos últimos anos e não se restringe às grandes metrópoles. A Pesquisa Nacional da População em Situ-

ação de Rua realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil, 2011) foi a primeira após a afirmação, pelo Supremo Tribunal Federal de que o sistema prisional brasileiro é um “estado de coisas inconstitucional”. Apesar disso, não foram contabilizados, nesta pesquisa, aqueles em situação de rua que, porventura, estivessem em cumprimento de pena, ou os que nem pena possuem para cumprir, por se tratarem de pessoas presas em situação de provisoriedade.

O estudo revelou que as razões que levam pessoas a viverem nas vias das cidades são variadas, a precarização das condições de vida é a principal delas. Curiosamente, são dados que revelam o perfil da população em situação de rua que se parece com os dados do perfil da população privada de liberdade. Com quantas coincidências se constroem os dados? O tema do trabalho e suas metamorfoses na contemporaneidade problematizado por Castel (1998) contribui para a discussão trazendo à tona a relação entre trabalho e inserção na estrutura social. O autor não se restringe à conceituação do trabalho no âmbito da produção, mas destaca seu papel de suporte primeiro para a constituição dos vínculos sociais.

Em um cenário que concorre para um Estado em permanente instabilidade, “o futuro é marcado pelo selo do aleatório” (Castel, 1998, p.21), somando-se àquele sofrimento o risco iminente de ‘não fazer parte’. A ameaça constante a que se refere Castel não é propriamente a da exclusão – pois estão todos “muito bem” incluídos no sistema capitalista – mas a de ingressar em uma situação de desassistência e vulnerabilidade social. Conforme salienta o autor, a experiência que por muito tempo foi chamada de “exclusão” não elimina a participação dos sujeitos do regime de trocas econômicas, semióticas ou políticas do capitalismo; muito pelo contrário, este a pressupõe.

Como apontado por Forrester (1997) em relação às condições de empregabilidade, o desemprego hoje não é mais uma situação provisória, mas sim um fenômeno que atinge a todos indiscriminadamente, cujas possibilidades de emprego têm sido cada vez diminuídas e

trocadas, desproporcionalmente, por trabalho. No cenário brasileiro, segundo resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD Contínua (IBGE, 2018), o desemprego no último semestre de 2018 afetou mais de 12 milhões de pessoas, ou seja, 11,9% da população economicamente ativa. Já o mercado informal atingiu um crescimento recorde desde 2012 (G1, 2018), abarcando 37,3 milhões de pessoas, e com uma remuneração 40% menor, na média, quando comparado aos trabalhadores com registro formal de trabalho. E, se não há emprego, sobram pessoas nas ruas. E se há vulnerabilidade da rua e esta estigmatizada, sobram pessoas na prisão. Racionalidades de uma mesma colonialidade.

Considerações finais

O sujeito que constitui o grupo de pessoas em situação de rua carrega consigo trajetória marcada pela constituição de um território fronteiriço em que se enfrenta cotidianamente a criminalização e a culpabilização, como “coisa fora do lugar e impura” (Valencio, Pavan, Siena & Marchezini, 2008, p.558). A experiência é singular e escapa das coordenadas identitárias territorializadas enquanto formações subjetivas supostamente estáticas no plano das políticas públicas e nos modos consensuais de partilhar sentidos.

Como pensar em dignidade humana quando o humano está limitado a ser um indivíduo de mercado, subjugado a um modelo de subjetividade serializada, homogeneizada, individualizada e intimidada? (Herrera Flores, 2009). Coimbra, Lobo e Nascimento (2008) propõem que ao invés de pensar os direitos como forma universal do homem, deveríamos tomá-lo como forma de reafirmar a universalidade da diferença, das diversas formas de sentir e existir no mundo, refutando discursos essencialistas.

As lutas pelos direitos humanos e a prática social transformadora são molas propulso-
ras para mudanças e acessos mais igualitários para poder viver com dignidade, entendendo essa como um fim material. A luta pelo acesso aos bens necessários para viver com dignidade e para efetivação da rede de garantia de direitos é um desafio diário composto por demandas

múltiplas, na qual a diversidade deve ser representada, reconhecida e respeitada. A luta social e a ação transformadora são pontos fundamentais nos movimentos de mudança e fragmentação de discursos hegemônicos e excludentes que fomentam meios desiguais de viver.

À vista disso, faz-se necessário superar a relação que se constrói para a periferia, como território homogêneo de pobreza e violência forjado nos anos de 1950 e 1960 nos debates sobre a relação dos países centrais com as “economias da periferia do capitalismo” (D’Andrea, 2020). E assim, postular e exercer a noção de poli-periferias, pensando-as, ecoando-as como lugares de potência, memória e ancestralidade.

O exercício de uma profissão comprometida com a transformação social se utiliza da interseccionalidade enquanto ferramenta para provocar fissuras nas lógicas e instituições que ainda perpetuam o sofrimento. Pensar poli-feria, é fazer Psicologia em um diálogo com a interseccionalidade, baseando sua prática no território, voltando sua atenção não somente para as lacunas muito visíveis do Estado, mas principalmente para a potência que pulsa nos espaços urbanos discriminados historicamente.

O papel da Psicologia, desde sua fundação, foi compactuar com a normatização de sujeitos a fim de suprir a demanda do positivismo e; no mesmo sentido do giro-periférico que pensa a cidade a partir das margens, é necessário que a Psicologia baseie suas práticas em outras epistemes que consigam fortalecer estratégias de cuidado pautadas na liberdade. O historiador Luiz Antônio Simas diz que “é preciso fazer o Brasil dar errado” (Alves, 2021, p.1), a partir da noção que o projeto colonial que fundou a história brasileira é muito bem sucedido e, por isso, só é possível pensar em outras possibilidades de se viver quando toda a estrutura for desmantelada.

Dessa forma, é necessário que a Psicologia problematize os processos de aniquilação e extermínio, seja da carne, do território, das epistemes e das práticas de corpos marginalizados que são sustentados pelas lógicas enraizadas no tecido social, produções diretas do colo-

nialismo que hoje são apropriadas pelo capitalismo para manutenção das desigualdades. É necessário fazer com que a Psicologia dê errado para que seja possível pensar em uma outra prática situada no compromisso ético-político e solidário da profissão implicada na transformação do mundo e com a justiça social.

Referências Bibliográficas

- Agência Brasil. (2023, julho 20). *População negra encarcerada atinge maior patamar da série histórica*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/populacao-negra-encarcerada-atinge-maior-patamar-da-serie-historica>.
- Akotirene, C. (2023). *“É fragrante forjado doto vossa excelência”*: audiência de custódia, africanidades e encarceramento em massa no Brasil. Civilização Brasileira.
- Almeida, S. L. (2020). *O que é racismo estrutural?* Editora Jandaíra.
- Alves, C. (2021, julho 4). Historiador Luiz Antônio Simas: É preciso fazer o Brasil dar errado. *UOL*. <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2021/07/04/historiador-luiz-antonio-simas-e-preciso-fazer-o-brasil-dar-errado.htm>
- Barbosa, R. B., de Bicalho, P. P. G., & Sardinha, L. (2020). Segurança Pública Em Favelas Do Rio De Janeiro: Processos Psicossociais e Direito à Cidade. *Integración Académica en Psicología*, 7. <https://integracion-academica.org/36-volumen-8-numero-23-mayo-agosto-2020/278-seguranca-publica-em-favelas-do-rio-de-janeiro-processos-psicossociais-e-direito-a-cidade>
- Bento, M. A. S., & Carone, I. (2014). Branqueamento e branquitude no Brasil. In M. A. S. Bento (Org.), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (25-58). Vozes.
- Bicalho, P. P. G. (2005). *Subjetividade e abordagem policial: Por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humano*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. <http://objdig.ufrj.br/30/teses/PedroPauloGastalhoDeBicalho.pdf>
- Borges, J. (2019). *Encarceramento em massa*. Pólen.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Vozes.
- Coimbra, C. M. B. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Intertexto.
- Coimbra, C. M. B., Lobo, L. F., & Nascimento, M. L. (2008). Por uma invenção ética para os direitos humanos. *Psicologia Clínica*, 20(2), 89–102. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000200007>
- Conselho Federal de Psicologia (2021a). *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) no Sistema Prisional*. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-psicologas-os-no-sistema-prisonal/>
- Conselho Federal de Psicologia (2021b). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Política de Segurança Pública*. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-na-politica-de-seguranca-publica/>
- Conselho Federal de Psicologia (2025). *Referências Técnicas para atuação de Psicólogas(os) em Políticas Públicas para a População em Situação de Rua*. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/RT_Pop_Rua_web-1.pdf

Chalhoub, S. (1996). *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. Companhia das Letras.

Davis, M. (2006). *Planeta Favela*. Boitempo.

D'Andrea, T. (2020). Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos Estudos Cebrap*, 39(1), 19–36.
<https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. (2021, fevereiro 23). *Audiência de custódia completa seis anos com redução de 10% de presos provisórios*. UNODC.
<https://www.cnj.jus.br/audiencia-de-custodia-completa-seis-anos-com-reducao-de-10-de-presos-provisorios/>

Ferri, E. (1892). *Sociologia criminal*. Centro Editorial de Gongora.

Forrester, V. (1997). *O horror econômico*. Editora UNESP.

Foucault, M. (2003). *Vigiar e punir*. Vozes.

G1. (2018, agosto 31). *Desemprego cai, mas aumento do trabalho informal dificulta retomada da economia*. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/31/desemprego-cai-mas-aumento-do-trabalho-informal-dificulta-retomada-da-economia.ghtml>

Herrera Flores, J. (2009). *A (re)invenção dos direitos humanos*. Fundação Boiteux.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Terceiro Trimestre de 2018 – Comentários sintéticos do Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. <http://www.encurtador.com.br/bfiDG>.

Lancellotti, H. P. (2016). Do povo da rua à população carcerária: mulheres, rua e prisão. *Aracê*, 3(4), 10–29. <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/511>

Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94). <https://doi.org/10.17666/329402/2017>

Richmond, M. A., de Jesus, P. M., & Legroux, J. (2025). Editorial: A “poliperiferia” e o “giro periférico” nos estudos urbanos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 27, e202535pt. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202535pt>

Universidade Federal de Minas Gerais. (2023, dezembro 6). *Levantamento do Polos de Cidadania da UFMG revela que 69% da população em situação de rua no Brasil é negra*. UFMG – Assessoria de Imprensa. <https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/release/levantamento-do-polos-de-cidadania-da-ufmg-revela-que-69-da-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-e-negra>

Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Boitempo.

Schucman, L. V. (2012). *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: Raça, hier-

arquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo. <https://repositorio.usp.br/item/002281744>

Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 83–94. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>

Silva, C. A. F. & Bicalho, P. P. G. (2022). Psicologia e direitos humanos: por que discutir necroliberalismo nas políticas de segurança?. *Direito e Práxis*, 13(3), 2009–2023. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/69298>

Silva, J. C. F. & Bicalho, P. P. G. (2023). Por uma criminologia antirracista: chacinas policiais como persistência e reinvenções do controle racial brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, 35, e277144. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277144>

Valencio, N. F. L. S., Pavan, B. J. C., Siena, M., & Marchezini, V. (2008). Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 7(21), 556–605. <https://www.cchla.ufpb.br/rbse/NormaArt.pdf>

Wacquant, L. (2003). *Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Revan.

Wacquant, L. (2007). Rumo à militarização da marginalização urbana. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, 11(15/16), 203–220.